

# Rentistas Brasileiros no Exterior

LUÍS NASSIF

Luís Nassif escreveu, na *Folha de S. Paulo*, três notáveis colunas sobre como os rentistas brasileiros enviam dinheiro para o exterior e depois emprestam para o Brasil a taxas de juros escorchantes. Uma prática antiga. Seguem os artigos.

## Conversas ao pé da história

30.9.04

O ex-ministro Antonio Delfim Netto escreve muito. Mas, como seu conhecimento é muito maior do que seus artigos podem comportar, recorro a ele para testar algumas hipóteses sobre o rentismo brasileiro.

Por que o câmbio freqüentemente deixou de ser utilizado como mola de desenvolvimento no Brasil, diferentemente do que ocorreu em países como Coréia do Sul, Japão e China agora, com os Estados Unidos e a Inglaterra em tempos passados? Por que o Barão de Mauá não obteve autorização para trazer crédito barato e irrigar a economia? Na época, Mauá atribuía a resistência do imperador em autorizar a abertura de casas bancárias aos interesses financeiros que cercavam a corte (na época, os escravagistas) e que tinham ligações com os bancos ingleses e não aceitavam taxas de juros inferiores a 25% ao ano.

Lembra Delfim que os escravagistas tinham escritórios em Londres, depositavam em bancos, como Schroeder, Rothschild, e esse dinheiro era emprestado ao Brasil. Londres era uma espécie de centro internacional de lavagem de dinheiro.

Com as restrições ao comércio escravagista, os bancos londrinos interrompem as operações com clientes que tivessem alguma ligação com o trabalho escravo. É esse movimento que permite aos cafeicultores paulistas substituir os escravagistas como parceiros preferenciais da banca internacional e se tornar os novos donos da liquidez nacional.

O modelo era o mesmo. Depositavam em bancos ingleses, que emprestavam ao Brasil. Os recursos eram aplicados nas PPPs da época, serviços públicos, estradas de ferro, com remuneração garantida e vantagens escandalosas. Cada empreendimento permitia à Inglaterra inundar o país com consultores, insumos, que entravam sem pagamento de taxas.

É possível que a reforma fiscal de Campos Salles, que manteve intocados os interesses dos credores externos, no fundo visasse apenas proteger os ativos dos próprios cafeicultores.

Com a monocultura do café, cada safra frustrada reduzia o ingresso de divisas e provocava uma desvalorização do câmbio. O novo patamar viabilizava milhares de pequenas empresas por todo o país, que davam início a um processo de substituição de exportações. Nos anos seguintes, uma supersafra aumentava o ingresso de divisas. O fluxo financeiro apreciava o câmbio, matando as empresas criadas no período anterior. Um controle eficiente do fluxo de capitais teria permitido florescer mais cedo a atividade industrial no país. Mas significaria cortar a maior fonte de renda da classe dominante de então -a arbitragem de taxas.

Nos anos 20, o país chegou a recorrer a uma espécie de "currency board", similar ao recente, da Argentina, com financiamento inglês, levando a uma grande apreciação cambial.

Getúlio Vargas rompe com esse modelo estabelecendo o controle cambial, renegociando a

dívida (após um "default") e desvalorizando o câmbio. A pujança de São Paulo e a industrialização do país começavam ali.

## **Velho como o diabo**

1.10.04

Na coluna de ontem, mencionava-se o processo de triangulação do capital rentista até o final da República Velha. Consistia em abrir conta na praça londrina, depositar suas libras e depois investir no país na forma de financiamento do banco hospedeiro. Além dos próprios recursos, esses grupos brasileiros tomavam empréstimos a 4% ao ano e aplicavam no Brasil em projetos de infra-estrutura a uma rentabilidade vários pontos maior. Todo esse financiamento vinha sob a capa protetora da instituição londrina.

A subordinação da política econômica à lógica do capital financeiro é bastante similar aos anos 90. Não havia nenhuma exigência de componentes nacionais, nem os mais básicos, nos projetos de ferrovias. Também não havia nenhum interesse em reduzir a vulnerabilidade externa por meio de uma política consistente de substituição de importações. Primeiro porque significaria secar a mina para o capital rentista; segundo porque tornaria a moeda externa um bem não-essencial, reduzindo o poder de fogo da especulação.

Com isso, o país ficava totalmente à mercê de qualquer aumento ou redução no fluxo cambial. A cada apreciação da moeda nacional, matavam-se empresas nacionais. A cada desvalorização, quebrava-se o Estado, obrigado a pagar mais pelos financiamentos tomados. Quando Getúlio Vargas instituiu o controle de capitais e renegocia a dívida externa, o câmbio se estabiliza, torna-se competitivo. Aí esse capital acumulado é internalizado de novo e reciclado para o setor produtivo por meio da rede bancária. Esse é o movimento que precisa ser repensado agora, e é aí que o sistema bancário ganha legitimidade econômica e política. As antigas casas comissárias de café atuavam comprando o café e vendendo tudo o que a lavoura necessitava. A partir de meados dos anos 20, tornam-se casas bancárias. Nos anos 30, tornam-se bancos, ajudando a reciclar o capital dos cafeicultores.

No início dos anos 80, há a volta da ciranda. Por conta das sucessivas crises internas, forma-se um enorme caixa dois no país. Ao bloqueio de cruzados e ao fim das contas ao portador (já no governo Collor), sucedeu-se a liberalização cambial, notavelmente ampliada com a liberalização das contas CC-5 (contas em dólares de residentes no país) e do anexo 4 (contas de não-residentes trazendo dólares para cá). Parte do caixa dois que se evadiu retorna para obter ganhos extraordinários, os maiores da história, por meio da arbitragem entre as taxas internacionais e as taxas internas.

Lá como cá, o modelo se sustentou em cima de argumentos falsos. Nos anos 90, o sofisma era a necessidade de ter reservas cambiais robustas. Montaram-se reservas de dezenas de bilhões de dólares, a um custo que quebrou o país. Quando sobreveio a crise cambial, todo aquele montante virou fumaça em poucos meses, porque o modelo de livre movimento cambial tornava as reservas totalmente voláteis. E cortar o fluxo de curto prazo significaria anular a principal fonte de ganhos desse rentismo sem risco.

## A história se repete

2.10.04

Nas duas colunas anteriores, tentei desenvolver um pouco mais algumas hipóteses sobre os fatores que, no Império e na República Velha, levaram à plena liberalização cambial, à apreciação do câmbio, ao agravamento das vulnerabilidades externas, afrontando toda a lógica de desenvolvimento nacional.

A hipótese é que, por trás dessas políticas, estavam interesses rentistas da parcela da elite, com acesso à banca internacional. Seu ganho maior consistia em gerar uma poupança inicial com sua atividade primária (comercialização de escravos ou exportação de café ou mesmo corrupção interna). Depois, alavancar financiamentos na City londrina -na época, o mais poderoso e moderno centro financeiro do mundo. Poupança própria e crédito barato eram investidos no Brasil a taxas elevadas em nome do banco inglês -mas os capitais eram brasileiros. O ganho principal mudava da atividade econômica em si para a arbitragem de taxas.

Esse modelo é o que explica a estagnação da economia no Império e na República Velha. Impedia o desenvolvimento por trazer, implícitos, a volatilidade cambial (liquidando com a produção nacional a cada valorização da moeda), a escassez de crédito em moeda local e, conseqüentemente, os juros proibitivos para a atividade produtiva. A moeda ficava com quem tinha o poder.

Como o sistema bancário era pouco desenvolvido na época, os grandes intérpretes do país não atinaram para essa função central dos ganhos de arbitragem na definição da política econômica.

Agora, o CD do MTB Bank escancara para quem quiser ver as entranhas desse modelo. Mostra o portentoso fluxo de transferência de dólares para o exterior, por meio das contas CC-5, misturando atividades lícitas, sonegação fiscal e dinheiro de origem criminosa. Permite avaliar o portentoso fluxo de retorno para o país por meio do anexo 4. Os indicadores da década mostraram que essa poupança não se transformou em investimento.

Tal e qual naqueles tempos, a manutenção desse tipo de política econômica predadora era sustentada pelo que Manuel Bonfim chamava de os "financistas", os jovens que estudaram no exterior, que vinham com as últimas teorias importadas dos grandes centros e que davam a legitimação teórica para o estupro monetário. Apenas a história foi capaz de demonstrar a falsidade dos argumentos utilizados, porque a soma de interesses internos era muito forte para permitir o exercício da racionalidade em tempo real.

Em todo o mundo, o Brasil era conhecido pelos índices de corrupção, pela vergonha de ser o último país a abolir a escravatura, pelo espetáculo vergonhoso dos homens de negócio e da política que enriqueciam com corrupção e iam usufruir dos prazeres na Europa -tema de uma ópera que fez bastante sucesso em Paris, ao tempo em que Carlos Gomes por lá passou.

O único ponto que se fazia questão de preservar eram os interesses dos credores internacionais. Por que, por trás da fachada oficial do banco inglês, estavam os capitais brasileiros dos rentistas.